



COMUNICADO GREVE AVALIAÇÕES

A CONFAP reuniu o seu Conselho Geral (CG), que integra Federações e Uniões de Associações de Pais, regionais e concelhias de todo o país, para debater a atual situação da Educação e do quotidiano das Escolas.

Entre todas as questões discutidas (funcionamento, aulas, avaliação, digital, AOP, professores, participação parental) ressalta a preocupação imediata, consensual e profunda com a perturbação das aprendizagens, que agravam as dificuldades causadas pela pandemia e a ameaça, agora confirmada, com a greve aos exames e avaliações finais.

O CG pronunciou-se pela necessidade urgente de se garantir o direito à educação, com normalidade e equidade, bem como o direito a uma avaliação justa. A Educação pública de qualidade não pode acontecer só na Escola particular. Sabemos bem que a Educação de qualidade também acontece na Escola pública, pelo que será desleal prejudicar todo o trabalho de qualidade com uma não avaliação do trabalho desenvolvido.

Estabeleceu-se um Plano de Recuperação das Aprendizagens, que não se sabe como decorre e que seguramente está afetado com o funcionamento anormal da escola pública. Num tempo em que as gerações jovens mais precisam dos adultos para lhes proporcionarem as oportunidades que lhes são devidas, os alunos vêem-se prejudicados por toda esta situação. Não é razoável que o mundo dos adultos suspenda o presente das crianças e dos jovens, hipotecando o futuro de todos nós como sociedade.

O CG reconhece a necessidade de se reverem condições dos Profissionais da Educação, desde logo a distância e o apoio nas ajudas de custo, com a garantia da estabilidade da vida profissional e familiar dos Professores ou a formação e funções dos Assistentes Operacionais, sendo que há questões que ultrapassam o âmbito profissional na Educação e são de um foro mais alargado na discussão das condições socioprofissionais dos Portugueses.

O CG, reconhecendo o legítimo direito de defender os interesses profissionais, não pode deixar de considerar que o que se vive hoje na Escola pública determina, de forma grave, um prejuízo para a sua missão e adensa as desigualdades no direito à educação. Em vez de mitigar as disparidades socioeconómicas e cumprir a sua missão de elevador social, agrava ou, no mínimo, não combate a discriminação social.

O CG decidiu tornar pública esta sua preocupação e exigir a todos os responsáveis, desde logo Governo, que providencie as condições necessárias para garantir o direito a uma educação inclusiva e equitativa, o que implica também o direito à avaliação. A Escola pública não pode continuar, ano após ano, numa situação de incerteza e de instabilidade face às expectativas dos seus Alunos e do trabalho dos seus Profissionais, sob pena de se discriminar em relação ao particular.

Assim, iremos junto do ME exigir que haja garantia de que todos os alunos realizarão, em tempo útil e oportuno, a avaliação do seu trabalho. A legitimidade de todos os interesses e de todos os direitos, não deve conflitar ao ponto de hipotecar o futuro, nomeadamente o futuro daqueles que em nós confiam para terem de facto oportunidades de concretizar os seus objetivos e assim o seu sucesso, nomeadamente ao prosseguimento dos seus estudos e acesso ao Ensino Superior.

A CONFAP defende a Escola Pública e defende que esta tem de funcionar e garantir a equidade no sucesso e no cumprimento do direito à educação.

Lisboa, 1 de junho de 2023

“Por uma EDUCAÇÃO presente com FUTURO”